

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU: AÇÕES PESSOAIS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL

Alejandra Saladino – UNIRIO

Introdução

Em minha dissertação de mestrado em Memória Social (UNIRIO), que versou sobre as ações de reconstrução de memória de um tema específico - a aviação brasileira - tomei contato com a seguinte questão: a afirmação da vontade de memória da sociedade pela doação de acervos particulares, que se tornam públicos, e por outras ações. É propriamente esta idéia que norteia o estudo aqui apresentado.

Levada por questões profissionais ao Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), necessitando marcar uma visita guiada no local para meus alunos da Escola de Museologia da UNIRIO, deparei-me novamente com a questão acima, pois parte do acervo do referido museu foi doada por um morador da região, Hildo de Mello Ribeiro.

Diante do achado, surgiram algumas questões: de que maneira o desejo de memória da sociedade é legitimado pelas instituições de cultura? Quais as práticas, as políticas da instituição, que legitimam um desejo de memória, transformando-o em patrimônio? Como é a relação entre sociedade e Estado quando o assunto é patrimônio? Quais as ações da sociedade que mobilizam as instituições de cultura a ponto de se criar um lugar de memória? De que maneira, por que e para que um acervo particular se torna público?

Decidi então iniciar nova pesquisa, que versa sobre a influência da sociedade nos processos de patrimonialização, a saber, nos tombamentos do patrimônio pedra e cal e na criação de lugares de memória, como o MAI.

O museu

O MAI, inaugurado em 1977, é administrado pela 6ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo o único museu de arqueologia desta instituição. Suas instalações aproveitaram as ruínas do antigo Recolhimento de Santa Tereza, fundado pelos padres Manuel Francisco da Costa e Manuel da Rocha, no início do século XVIII, às margens da Praia de Itaipu, Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Vale lembrar que o recolhimento de mulheres, comum no período colonial, tinha como função guardar esposas e filhas de homens que necessitavam viajar ou que mereceram o castigo da clausura. As primeiras investigações em campo revelaram uma escassez em fontes documentais, o que torna as pesquisas em arqueologia histórica assaz importantes, uma vez que também são um meio – através da comparação de plantas baixas de outros recolhimentos – de obter dados para compor um quadro sobre o *modus vivendi* no local.

Passados os séculos, o Recolhimento tornou-se local de moradia para os pescadores da região, que construíram pequenas habitações no interior das ruínas. Em 8 de janeiro de 1955 foi tombado pelo IPHAN, inscrito no Livro de Belas Artes (folha 80, inscrição 425) e os remanescentes de sua arquitetura, resgatados através de longo processo de restauração, de 1968 a 1974.

Todavia, o MAI não se restringe a esse espaço físico. Sua instalação nessa região deve-se justamente às peculiaridades desta, onde existiam sítios arqueológicos já extintos pelo crescimento urbano desordenado – como o Sambaqui de Camboinhas e a Duna Pequena e onde ainda é possível encontrar a Duna Grande, monumento símbolo da pré-história brasileira, de acordo com o IPHAN. Segundo Rosana Najjar, assessora de arqueologia da 6ª Superintendência Regional do IPHAN, a destruição dos sítios arqueológicos motivou o arquiteto desta instituição, Edgard Jacinto, a viabilizar o projeto de implantação de um museu, no espaço das ruínas, que versasse sobre a arqueologia da região.

O guardião

As entrevistas exploratórias realizadas até o momento deixam dúvidas quanto ao início do processo de tombamento das ruínas, proteção dos sítios arqueológicos e criação do MAI. Ainda não foi possível identificar onde, como e por quem foi iniciado o processo de patrimonialização. A participação da comunidade local, moradores e colônia de pescadores, no entanto, parece estar presente desde o início, quando as ruínas do Recolhimento e os sítios arqueológicos estavam em perigo devido ao crescimento urbano desordenado e, cerca de duas décadas depois, a um empreendimento imobiliário, que terminou por extinguir os locais acima referidos.

Segundo entrevista exploratória com Vera Lúcia Gigante, ex-diretora do MAI¹, Hildo de Mello Ribeiro, morador de Itaipu, agente federal de Fiscalização da SUDEPE, chamou a atenção das autoridades para o estado de conservação do Recolhimento e para as formações da região, que revelavam, ao serem atingidas por ventos de direção sul, vestígios que pareciam muito antigos, como ossos humanos e de vertebrados e fragmentos de rochas.

¹ Entrevistada em 2/6/2005.

Esses testemunhos foram coletados pelo agente, que passou a ser conhecido na região como “arqueólogo amador”. Reuniu 966 peças, identificadas, no final da década de 1970, por Lina Maria Kneip, arqueóloga do Museu Nacional, membro da equipe que realizou as pesquisas de salvamento do Sambaqui de Camboinhas e da Duna Pequena.

A documentação a qual tive acesso até a conclusão deste texto indica claramente o guardião da memória da região. Em 4 de março de 1970, o então diretor do IPHAN, Renato Soeiro, enviou a Hildo, então interventor da colônia de pescadores Z-10, RJ, confirmação das credenciais requeridas por ele, a fim de oficializar e legitimar suas ações preservacionistas, conforme trecho a seguir:

O Diretor do IPHAN, usando de suas atribuições, e tendo em vista a colaboração espontânea oferecida pelo Sr. Hildo de Melo Ribeiro, interventor da Colônia de Pescadores, Z-10, RJ,(...) resolve outorgar ao mesmo credenciais para zelar pelas ruínas do Recolhimento de Santa Tereza (...) bem como zelar pelas dunas-sambaquis e outros monumentos arqueológicos (...)

Em ofício do IPHAN, nº 225/76, de 26 de janeiro de 1976, Renato Soeiro, ainda diretor da instituição, revela a estreita e constante relação com Hildo de Mello Ribeiro, com respeito à preservação do patrimônio:

*Sr. Interventor:
Tenho a satisfação de acusar o recebimento do seu ofício datado de 2 do corrente, acompanhado de vários anexos em cópia xerox, através do qual V.Sa. informa a este instituto das medidas que tomou na proteção do monumento tombado pelo IPHAN conhecido como Remanescente do Recolhimento de Santa Tereza, localizado em Itaipu, 2º Distrito de Niterói – RJ, contra invasores da área contígua ao referido monumento.
Agradeço a V.Sa. por mais esta colaboração com este instituto...*

O agente conseguiu também o apoio e a colaboração da colônia de pescadores de então na fiscalização do sítio. Sua posição de liderança na comunidade de pescadores e a oficialização de suas atribuições por parte do IPHAN conferiram-lhe inegável autoridade no que tange à

preservação daquele patrimônio, o que cessou com o seu falecimento, em abril de 2003, aos 85 anos.

A coleção

Os vestígios arqueológicos que Hildo coletou na Duna Grande e passou a guardar em casa, remontam aos tempos pré-colombianos e revelam o *modus vivendi* dos grupos que ali se estabeleceram. É interessante destacar que um traço cultural permanece na região há cerca de 7 mil anos: a subsistência com base na pesca.

O acervo é composto vestígios esqueléticos humanos e animais, conchas, fragmentos de rocha utilizados como raspadores, almofarizes - recipientes de pedra escavada por picoteamento, em cuja cavidade era colocada a matéria a ser triturada por percussões - lâminas de machado de pedra etc.

A coleção, segundo os cânones da arqueologia, não possui valor científico, sendo desprovida de indicação estratigráfica. Vale lembrar que Hildo coletava os vestígios - que também eram descobertos pelo vento sul, principalmente durante tempestades e pela ação daqueles que retiravam areia para a ornamentação de jardins, por exemplo - não seguindo nenhuma metodologia para resgatar quaisquer outras informações presentes na estrutura arqueológica. No entanto, é um excelente material didático, além de poder auxiliar pesquisas futuras desenvolvidas no sítio.

A importância desta coleção não se restringe ao seu potencial científico. Ela nos revela todo um *conjunto de práticas sociais e culturais*² que a constituíram. Mais do que reunião de objetos, é reflexo das relações entre o colecionador e demais indivíduos e instituições; é produto de trocas, negociações e disputas.

Inaugurado o MAI, Hildo de Mello Ribeiro doou sua coleção à instituição, que recebeu seu nome e foi catalogada³.

Considerações finais

Reflexões preliminares sobre a pesquisa, que está em fase inicial e será desenvolvida em um futuro projeto de doutorado, sugerem que a vontade de memória da sociedade, para ser reconhecida e legitimada, necessita de instrumentos institucionais como o tombamento, por exemplo. São esses instrumentos que lhe conferirão o status de patrimônio, seja de que categoria for, material ou imaterial, histórico, artístico, arqueológico ou natural. Para a preservação do patrimônio faz-se mister não somente a ação do Estado, com suas políticas e instrumentos, mas a colaboração da sociedade, mais atuante quanto mais identificada com o bem estiver.

O objeto estudado demonstra que, em se tratando da preservação do patrimônio nacional, a mobilização organizada da sociedade é capaz de se fazer notar pelo Estado. As práticas de Hildo de Mello Ribeiro referentes à constituição da coleção – e também à proteção dos patrimônios histórico e arqueológico – são reconhecidas e valorizadas na medida em que o fruto de seus esforços torna-se público, torna-se acervo de museu, patrimônio nacional. E o MAI, inaugurado com o objetivo principal de desenvolver um programa educativo-cultural

² GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre o conhecimento etnográfico e visualidade. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, 8(1),: 21-34, 1999, p.24.

³ Atualmente a coleção Hildo de Mello Ribeiro está em reserva técnica do MAI.

voltado às escolas e à comunidade local, tendo como temática central as arqueologias pré-histórica e histórica, tem neste agente um símbolo assaz contundente para seus projetos de educação ambiental e patrimonial.